

ÊXODO, ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E ESTRATÉGIAS DE SUCESSÃO NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA*

Ingrid Schneider**

As migrações internas, especialmente as de direção rural-urbana, têm fortes impactos sobre o espaço urbano: favelização, marginalização, subemprego ou desemprego das populações recém-migradas. Geralmente, é a partir desses efeitos sobre o ponto de chegada que as migrações internas têm-se constituído em problema de pesquisa para as Ciências Sociais.

A continuidade do êxodo rural inspira o velho chamamento à fixação do homem no campo.

Saudando o fato de os migrantes de origem rural se dirigirem preferencialmente para as novas zonas de fronteira agrícola na primeira metade deste século, Jean Roche (1969) escreve: As migrações internas

"(...) contribuíram para a exploração de novas regiões (...). O Rio Grande do Sul teve a oportunidade de não ser embaraçado por um proletariado urbano, de origem européia, que lhe teria suscitado problemas de toda ordem (...). As migrações rurais, retardando e limitando o êxodo para as cidades, permitiram ao Rio Grande do Sul industrializar-se só nos últimos quarenta anos em condições muito favoráveis".

Roche, estudando a colonização alemã no Rio Grande do Sul, deteve-se não apenas na história dos colonos pioneiros recém-chegados da Europa, mas também acompanhou a trajetória de seus descendentes em busca de novas terras, principalmente na parte norte do Estado. Segundo o autor, os primeiros colonos já se instalaram em lotes pequenos. Assim, a "enxamegem" das novas gerações (migração em virtude do esgotamento da capacidade de sustentação das terras de origem) foi a forma encontrada para dar continuidade a sua reprodução enquanto agricultores.

Descontando as simpatias francamente ruralistas do autor, de fato, até a década de 50, ainda era possível a ocupação de novas terras dentro dos limites do próprio Rio Grande do Sul. As migrações das décadas de 60, 70 e 80 assumem outras feições.

Na década de 60, o Paraná era ainda, em boa parte, uma área de fronteira agrícola, e para lá se deslocaram 258 mil gaúchos, a maior parte agricultores, sendo que para Santa Catarina o número de imigrantes foi de 223 mil (SUDESUL, 1975). Na década de 70, as

* Este texto é resultado da primeira etapa de uma pesquisa intitulada *Perfil etário da População Economicamente Ativa na agricultura gaúcha, 1960-1991*. Trata-se, basicamente, da apresentação de alguns indicadores, visando construir hipóteses de trabalho a serem aprofundadas com o desenvolvimento da pesquisa.

** Socióloga da FEE.

novas fronteiras agrícolas das Regiões Centro-Oeste e Norte foram destinatárias de 31,8% das migrações oriundas da Região Sul (SUDESUL, 1987). Cabe observar, no entanto, que, já na década de 60, o destino predominante dos imigrantes era urbano (72,9%), sendo a migração urbana-urbana (53,6%) já então majoritária (SUDESUL, 1975).

Pesquisas têm revelado a importância da modernização da base técnica da agricultura, principalmente a partir dos anos 70, como um dos principais fatores de "expulsão" da força de trabalho agrícola. O crescimento da área total ou da área de lavoura por pessoa ocupada no Rio Grande do Sul a partir de 1975 é um indicador desse fato. Os dados revelam a relação entre concentração fundiária, modernização e êxodo rural.

Essa relação não é sempre unívoca. Examinando os saldos migratórios municipais entre 1970 e 1980 no Rio Grande do Sul, Rosa Maria Vieira Medeiros (1988) conclui:

"(...) a lavoura modernizada do grande domínio tende a desacelerar o processo emigratório, provavelmente em função das suas necessidades adicionais de mão-de-obra, em comparação com a pecuária extensiva que a precedeu historicamente. Inversamente, a lavoura modernizada do pequeno domínio surge historicamente de um contexto onde a oferta de mão-de-obra é muito maior e onde há tendência à racionalização do trabalho. De uma forma geral, pois os dados apresentados até aqui mostram uma tendência geral e nítida de emigração rural. Os fatores gerais dessa emigração sofrem uma modificação segundo as formas produtivas e de acordo com as combinações específicas dos fatores demográficos, fundiários e modernizacional de cada forma".

O deslocamento de vastos contingentes humanos no sentido campo—cidade, como este que ocorreu no Brasil nos anos 70 — quase 16 milhões de pessoas —, não pode ser explicado como resultante de um somatório de opções de indivíduos ou de famílias. A opção por migrar é reflexo de transformações na esfera da organização da produção e da realocação espacial dos recursos econômicos num dado momento histórico. O êxodo rural revela um "(...) descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo" (MARTINE, ARIAS, 1987).

A migração líquida de áreas rurais no Rio Grande do Sul foi de 854 mil pessoas entre 1960 e 1970 e de 1.262.000 na década de 70. O crescimento do êxodo confirma a tese de que a modernização da agricultura é fator de sua aceleração. Para a década de 80, não há dados censitários disponíveis que permitam avaliar a magnitude do fenômeno. Todavia a distribuição espacial por domicílio rural ou urbano (76,56% e 23,44% respectivamente) e as taxas correspondentes de crescimento nas décadas de 70 e 80 permitem prognosticar um decréscimo relativo da migração campo—cidade no Rio Grande do Sul. A população urbana teve sua taxa de crescimento significativamente reduzida, passando de 47,78% para 33,15%, e o decréscimo da população rural deu-se num ritmo menor, passando de -18,92% nos anos 70 para -15,12% nos anos 80.¹

¹ O que não quer dizer que o êxodo não continue a provocar os "problemas de toda ordem" citados por Jean Roche (1969). Ainda neste ano (1993) tornou-se pública uma polémica em torno das práticas de alguns governos municipais com relação aos imigrantes. Apesar de se tratarem, na maioria, de municípios prósperos, os governos locais estabeleceram controles nas periferias das cidades para "dissuadir" os migrantes de se instalarem. Esranhamente, aplicam a concidadãos uma política de exclusão semelhante àquela dirigida aos imigrantes pobres em busca de oportunidades no Primeiro Mundo.

A outra face do êxodo rural: quem fica no campo?

O fenômeno, aliás praticamente universal, da urbanização crescente das populações e das atividades econômicas tende a ser considerado primordialmente como decorrência "natural" do deslocamento do centro dinâmico das economias. Torna-se um verdadeiro problema quando provoca deseconomias nas grandes aglomerações urbanas e quando o contingente de migrantes não é adequadamente absorvido pelos equipamentos urbanos e pela estrutura de emprego na indústria e nos serviços. Em períodos de crise, é comum que os planejadores lembrem e mesmo tentem formular políticas de "retenção" do homem no campo. Retê-lo para reforçar aquela "população rural numerosa, sã, laboriosa, equilibrada" da qual fala Jean Roche (1969, p. 385)?

O problema que nos interessa aqui diretamente diz respeito aos não migrantes, àqueles que de uma forma ou outra resistiram à avalanche do êxodo durante estas últimas décadas, dando continuidade aos quase 500 mil estabelecimentos agrícolas gaúchos.

De um ponto de vista estritamente demográfico,² trabalhamos com a hipótese de que a População Economicamente Ativa (PEA) na agricultura do RS, bem como a população rural, depois de três décadas de forte êxodo, tende a um processo de envelhecimento.

As pesquisas sobre as migrações têm demonstrado que os migrantes tendem a se concentrar nas faixas etárias produtivas, isto é, são majoritariamente adultos jovens (SUDESUL, 1975; Indic. Soc. RS, 1976; Saad, Camargo, 1989). Se o contingente que migra é significativo, a estrutura etária das áreas de origem e de destino pode se alterar significativamente: a primeira tende ao envelhecimento; e a segunda, a rejuvenescer. Essa hipótese é plenamente válida se as taxas de mortalidade e de fecundidade forem semelhantes. Mesmo em regiões de baixa expectativa de vida e altos índices de fecundidade — perfil de uma população jovem —, as emigrações deixam para trás uma população envelhecida: os dados do Censo de 1970 e 1980 revelam que a Paraíba e o Rio Grande do Norte apresentam os maiores percentuais de idosos do Brasil. São Paulo, cujos índices de fecundidade e mortalidade levariam ao envelhecimento, é apenas o oitavo colocado em termos de participação de idosos, devido ao enorme afluxo de migrantes (SAAD, CAMARGO, 1989).

Trabalhando com dados de população de 1890 a 1950, Jean Roche já visualizava os efeitos das migrações sobre a estrutura etária das populações. Na chamada Colônia Velha — os exemplos são Montenegro, São Leopoldo, São Sebastião do Caí e Santa Cruz do Sul —, já era possível registrar um forte envelhecimento populacional. Dado que os que emigram são geralmente casais jovens em busca de novas terras, na chamada Colônia Nova — os exemplos são Erechim, Ijuí, Santa Rosa, Três Passos —, a composição etária é substancialmente mais jovem devido às altas taxas de natalidade nessas regiões ocupadas por jovens adultos (ROCHE, 1969 p. 379-385).

² O "estritamente demográfico" quer dizer que vamos tratar o problema do envelhecimento da população inicialmente apenas a partir das principais variáveis demográficas, a saber, fecundidade, mortalidade e migrações. Isso quer dizer que não pretendemos retomar aqui a discussão dos variados fatores causadores do êxodo rural e de sua contrapartida, o envelhecimento. Essa questão, no entanto, merecerá discussão aprofundada no desenvolver da pesquisa.

Na atualidade, a evolução das variáveis demográficas provavelmente acentua ainda mais essa tendência. Se não, vejamos. Como já mencionamos acima, o êxodo rural tem sido importante desde a década de 60, sendo que desde 1980 vem ocorrendo um decréscimo absoluto da população rural gaúcha. A taxa de fecundidade e a expectativa de vida atuam no mesmo sentido: a fecundidade no meio rural gaúcho é de 3,78 filhos por mulher, próxima à taxa urbana, que é de 2,86, e quase a metade da média brasileira para as áreas rurais, que é de 6,40. A expectativa média de vida ao nascer é de 70,62 anos no Rio Grande do Sul, sendo a média brasileira de 60,08 anos. Enfim, todas as variáveis demográficas atuam no sentido do envelhecimento da população rural gaúcha.³

As Tabelas 1 e 2, elaboradas a partir dos dados sobre a composição etária da População Economicamente Ativa na agricultura (atividades em agropecuária) e urbana (atividades na indústria e em serviços) para o Rio Grande do Sul entre 1960 e 1991⁴, atestam a hipótese do envelhecimento mais acelerado da PEA rural.

Tabela 1

Participação percentual dos grupos de idade na PEA agrícola e não agrícola, no RS — 1960-1991

IDADE	1960		1970		1980		1991
	Agrí- cola	Não Agrí- cola	Agrí- cola	Não Agrí- cola	Agrí- cola	Não Agrí- cola	Agrícola
10-19	27,02	12,83	25,08	14,06	22,63	16,95	20,18
20-49	57,13	73,47	56,81	74,45	58,22	72,57	48,63
50 e mais	15,85	13,70	18,11	11,49	18,15	10,48	31,19

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1960-70-80: Rio Grande do Sul (s.d., 1973, 1983). Rio de Janeiro: IBGE.

EMATER/RS(1992). *Pesquisa rural*; subsídios para o estudo de situação. Porto Alegre.

(1) Ver nota 4 do texto.

³ Isso não quer dizer que este seja um fenômeno apenas gaúcho e rural. É um processo chamado de transição demográfica, no qual a queda da fecundidade e o aumento da esperança de vida resultam em menor crescimento demográfico e envelhecimento relativo da população. Esse processo está em curso no Brasil desde a década de 50.

⁴ Os dados de 1991 relativos à PEA agrícola foram extraídos de uma pesquisa amostral realizada pela EMATER-RS. Essa pesquisa se desenvolveu em 42 municípios gaúchos representativos das diversas regiões do Estado, utilizando uma amostra total de 3.584 estabelecimentos rurais (3,37% do universo). Sendo as fontes das tabelas diferentes, os dados não garantem total comparabilidade. No entanto, dado o tamanho da amostra, estimamos estar bem próximos da tendência a ser revelada quando da publicação do censo de 1991.

Tabela 2

Evolução da participação percentual dos grupos de idade na PEA agrícola e não agrícola, no RS — 1960-1991

IDADE	1960/1970		1960/1980		1960/1991(1)
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola
10-19	92,82	109,58	83,75	132,11	74,68
20-49	99,44	101,33	102,48	98,77	85,12
50 e mais	114,26	83,86	120,82	76,50	196,78

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1960-70-80: Rio Grande do Sul (s.d., 1973, 1983). Rio de Janeiro: IBGE.

EMATER/RS(1992). *Pesquisa rural*; subsídios para o estudo de situação. Porto Alegre.

(1) Ver nota 4 do texto.

Na falta de informações censitárias atualizadas sobre a composição etária da PEA ou dos grupos de idade por situação de domicílio, optamos por agregar informações, mesmo que pontuais, sobre o tema em pauta.

O Censo Agropecuário (1993) realizado por iniciativa do Governo Municipal e da Fundação Alto Taquari de Ensino Superior no Município de Lajeado em 1993 revelou que a idade média dos responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas (chefes de exploração) é de 51 anos. Sendo o município situado na chamada região da Colônia Velha — que forneceu os primeiros contingentes de migrantes internos de destino rural, num processo chamado de "enxamagem" por Jean Roche —, o dado faz sentido. Com uma estrutura agrária baseada em pequenos estabelecimentos desde a época da colonização, as regiões de ocupação mais antiga cedo sentiram os efeitos da pressão demográfica e cedo forneceram migrantes com destino rural, depois urbano.

Analisando a evolução da estrutura etária das populações urbana e rural⁵ de Lajeado, constatamos que a população rural era mais jovem em 1970, invertendo-se a situação em 1980, segundo as informações disponíveis nos censos demográficos.

⁵ Para verificar a evolução da estrutura etária entre dois censos demográficos, utilizamos um índice de envelhecimento, a saber: população de 60 anos e mais/população de 0 a 14 anos x 100. Esse índice foi adaptado a partir do índice de envelhecimento utilizado pelo Anuário Estatístico do IBGE de 1992, onde o numerador é composto pela população de 65 anos e mais. Como os censos demográficos não oferecem a informação relativa ao grupo de 65 anos e mais por situação de domicílio em nível municipal, a adaptação fez-se necessária.

Aplicando o mesmo procedimento às informações sobre grupos de idade e situação de domicílio nos 42 municípios que fazem parte da amostra da já citada pesquisa realizada pela EMATER-RS (os municípios foram selecionados por serem representativos da diversidade da agricultura regional), observamos que a mesma tendência — qual seja, uma população rural mais jovem que a urbana em 1970 e mais velha em 1980 — ocorre em 18 dos municípios da amostra. Por fim, calculamos o índice de envelhecimento (ver Nota 5) para o total da população gaúcha, obtendo 17,35 e 22,53 para a população urbana e 12,35 e 21,11 para a população rural em 1970 e 1980 respectivamente. Portanto, para o conjunto da população, percebe-se um envelhecimento que independe da situação de domicílio, embora visivelmente no meio rural ele venha ocorrendo em maior velocidade. A tendência geral de envelhecimento pode ser atribuída ao aumento da expectativa de vida e à queda da fecundidade. Por sua vez, as velocidades diferenciadas — como também a diversidade de situações demográficas nos 42 municípios pesquisados — podem ser atribuídas ao êxodo rural.⁶

Herança e sucessão nos estabelecimentos agrícolas

A profissão de agricultor é, entre todas, a mais fortemente determinada por transmissão hereditária, um "ofício" que passa de pai para filho. No caso do Brasil meridional, Jean Roche analisou a permanência da profissão de agricultor por sucessivas gerações de descendentes de colonos alemães: na segunda geração de descendentes de imigrantes, 80% permaneciam agricultores; na terceira, 84% (p. 374). Dos anos 60 para cá, certamente essa continuidade dos filhos na profissão paterna nem de longe tem a mesma magnitude. Mas certamente o inverso ainda é verdadeiro: os agricultores de hoje e de amanhã serão herdeiros da profissão paterna. Todavia essa hereditariedade profissional não é uma característica exclusiva dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul. Nove décimos dos agricultores franceses são filhos de agricultores, e 80% dos agricultores da Grã-Bretanha igualmente o são (Abramovay, 1991, p. 191). Essa espécie de "barreira à entrada" se expressa também nos baixíssimos índices de participação da migração urbana—rural no total dos movimentos populacionais internos.

Num mesmo tempo histórico, a combinação da característica hereditária do ofício com a ocorrência do êxodo que "esvazia" o campo das gerações mais jovens resulta em rupturas na continuidade da transmissão hereditária do patrimônio fundiário, sempre tão cara aos agricultores.⁷

⁶ A análise municipal da composição etária da população segundo o domicílio urbano ou rural será feita a partir do censo de 1991, quando for publicado. Os resultados permitirão selecionar os municípios onde o envelhecimento é mais acelerado para realizar uma pesquisa de campo nas diferentes regiões do Estado, para investigar as relações entre estrutura fundiária, família, herança e sucessão dos estabelecimentos agrícolas.

⁷ Pesquisas históricas dão conta das mais variadas formas de arranjos entre os herdeiros para garantir a continuidade dos estabelecimentos nas mãos de um dos filhos, bem como a aquisição de novos lotes de terra para os demais (BALHANA, WESTPHALEN, 1984).

Tabela 3

Estrutura das explorações agrícolas em alguns países selecionados — 1958-1972

ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES	RFA	FRANÇA	ITÁLIA	PAÍSES BAIXOS	BÉLGICA
População ocupada na agricultura					
diminuição de 1958 a 1972 (%) ...	-51	-40	-53	-35	-51
Explorações agrícolas acima de 1 ha					
diminuição de 1960 a 1972 (%) ...	-28	-25	-21	-34	-36
Aumento da Superfície Agrícola Útil (SAU) das explorações — 1960 a 1972 (%)	36	36	18	39	53
SAU média das explorações acima de 1 ha em 1972 (ha)	12,7	22,2	8	13,8	13

FONTE: ABRAMOVAY, Ricardo (1992). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC/ANPOCS. p.185.

Os resultados da modernização acelerada da agricultura europeia — principalmente na sua parte ocidental — após a segunda grande guerra ilustram bem esse processo. O fato de a agricultura europeia estar assentada majoritariamente em explorações de tipo familiar e a forte atomização da estrutura fundiária (ABRAMOVAY, 1991) fizeram com que a adoção maciça de insumos e de máquinas impusesse o esquecimento, isto é, a concentração fundiária e o êxodo rural. A Tabela 3 dá uma idéia da magnitude do processo.

Na França, onde a chamada agricultura familiar tem fortes raízes históricas, culturais e mesmo políticas, a população rural situava-se em 27% em 1982, sendo que a PEA agrícola era apenas 7% do total. A partir de 1975, percebeu-se uma desaceleração da queda da PEA agrícola e mesmo um certo crescimento da população rural (COULOMB, 1991, p.22-23). Um dos resultados desse processo foi uma pirâmide etária com fraca participação dos menores de 15 anos (15%) e forte proporção de pessoas com mais de 55 anos (32%). Uma PEA agrícola envelhecida e um contínuo êxodo rural resultaram num largo processo de abandono de terras: entre 1983 e 1993, 40% dos responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas deveriam aposentar-se, e, destes, mais da metade não tinha sucessor, ou, então, uma sucessão incerta. A previsão feita a partir desses dados era de 6,5 milhões de hectares abandonados, ou seja, um quinto da superfície agricultável do País (COULOMB, 1991, p. 69). Segundo Coulomb, essa previsão poderia não se cumprir através de estratégias de arrendamento a vizinhos, ou mesmo outro destino poderia ser encontrado para a terra por parte de seus herdeiros.

Uma recente pesquisa internacional sobre a agricultura familiar mostrou que a relação entre posse e propriedade da terra e o sistema de herança é bastante diferenciada segundo o país e mesmo segundo a região. No que concerne ao Brasil, o acesso à propriedade fundiária por parte dos agricultores entrevistados em três diferentes regiões constituiu-se da seguinte maneira: na região do Cariri (PB), apenas 28% dos proprietários receberam suas terras por herança; em Ijuí (RS), 70% receberam alguma parcela de seu estabelecimento como herança; na região de Leme (SP), o

patrimônio fundiário geralmente foi iniciado pelo atual responsável da exploração, pois grande número dos responsáveis é filho de colonos e parceiros, portanto, de não proprietários (BLUMER, 1993, p. 189-194).

Uma hipótese geral a esse respeito pode ser formulada: a relação entre, de um lado, a estrutura fundiária e a estrutura de posse da terra e, de outro lado, a sucessão nos estabelecimentos agrícolas e o sistema de herança correspondem a uma grande diversidade regional e resultam de processos históricos distintos. Certamente, no Rio Grande do Sul encontraremos também grande diversidade, por exemplo, entre a região da Campanha, a da chamada Colônia Velha, a da Colônia Nova e a região orizícola.

À guisa de conclusão

A comparação do caso da agricultura européia com o processo de modernização da agricultura gaúcha no contexto brasileiro só pode ser feita com algumas reservas.

Lá, uma modernização que atravessou praticamente o conjunto dos estabelecimentos agrícolas; aqui, um processo seletivo e excludente que atingiu apenas parcialmente a agricultura como um todo e apenas uma parte dos estabelecimentos. Na Europa, um êxodo "administrado" pelo Estado através de incentivos à formação dos jovens agricultores, à aposentadoria antecipada dos mais velhos, à instalação de novos agricultores e à gestão da reestruturação fundiária, que não ficou ao sabor dos mecanismos de mercado, etc. No Brasil, as conseqüências sociais da modernização não foram compensadas por nenhuma política pública adequada. Outro fator distintivo importante é que o êxodo na Europa coincidiu com uma fase de grande crescimento econômico — a idade do ouro do fordismo —, ou seja, os migrantes podiam ser absorvidos por um emprego em expansão. No Brasil, o êxodo continua, e a conjuntura é de forte desemprego.

Um raciocínio estritamente economicista poderia concluir que, se a PEA agrícola no Rio Grande do Sul está próxima dos 30% do total e se o patamar tecnológico hoje disponível permite uma maior produtividade do trabalho, então há muito subemprego disfarçado e muita irracionalidade econômica na agricultura gaúcha. De um outro ponto de vista, poder-se-ia dizer que há muita terra para poucos braços na região sul do Estado, fato que não é de menor importância se há tantos sem terra que optaram por não engrossar o exército industrial de reserva e a "nova pobreza" nas cidades.

No Brasil, a rigidez da estrutura fundiária e as dificuldades impostas a outras formas de acesso à terra, como o arrendamento, dificultam a instalação de novos agricultores e, portanto, concorrem para alimentar o êxodo e constituir pirâmides etárias com proporções comparativamente altas de velhos.

As regiões do Rio Grande do Sul onde o processo de envelhecimento é mais evidente serão um terreno privilegiado para o estudo das estratégias de reprodução dos agricultores familiares, dos empresários agrícolas e mesmo dos latifundiários quanto ao destino a ser dado ao patrimônio fundiário. Exatamente nessas regiões é que os agricultores tenderão a se confrontar mais cedo com a questão sucessória.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC/ANPOCS.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1992. (1992). Rio de Janeiro: IBGE.
- BALHANA, A. P., WESTPHALEN, C. M. (1984). Dinâmica demográfica e sistema de herança no Brasil meridional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP. v.4.
- BERQUO, Elza (1980). Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J., LEVY, M., SZMRECSANY, T., org. **Dinâmica da população**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BLUMER, Anita (1993). A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Huges, org. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP.
- CENSO AGROPECUÁRIO DE LAJEADO (1993). Lajeado: Prefeitura Municipal/FATES.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1960-70-80: Rio Grande do Sul (s.d., 1973, 1983). Rio de Janeiro: IBGE.
- COULOMB, Pierre (1991). **Éléments de politiques agricoles foncières**. Montpellier: ENGREF, 2v.
- EMATER/RS (1992). **Pesquisa rural; subsídios para o estudo de situação**. Porto Alegre.
- INDICADORES SOCIAIS RS (1976). Migrações internas. Porto Alegre: FEE, v.4, n.4. (Número especial).
- LAMARCHE, Huges, coord. (1993). **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP.
- MARTINE, G. (1987). Exodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G., GARCIA, R. C., org. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés.
- MARTINE, G., ARIAS, A. R. (1987). Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, G., GARCIA, R. C., org. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés.
- MEDEIROS, Rosa M. V. (1988). **As formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de mestrado).
- RENNER, C., PATARRA, N. (1980). Migrações. In: SANTOS, J., LEVY, M., SZMRECSANY, T., org. **Dinâmica da população**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo.
- RODRIGUES, R. N. (1984). A dinâmica demográfica da região sul e seus fatores determinantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP. v.4.
- SAAD, Paulo Murad, CAMARGO, Antonio B. Marangoni (1989). O envelhecimento populacional e suas conseqüências. **São Paulo em Perspectiva**, v.3, n.1, p.40-45.

SINGER, Paul (1985). Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense.

SUDESUL (1975). O fenômeno migratório. Porto Alegre.

SUDESUL (1987). Considerações sobre o êxodo rural na região sul entre 1970 e 1980. Porto Alegre.